

TUAC: O Mundo já não é preto e branco em termos de emprego

Págs. 10, 11, 12 e 13



108 adesões na Aliança Europeia para as Aprendizagens

Pág. 14 e 15



Dia do Professor caboverdiano

Pág. 20 e 21

April 28
International Workers
Memorial Day



28 de abril - Dia Internacional em Memória das Vítimas de trabalho - Novas leis de saúde e segurança, agora!

Segundo dados oficiais, 3.515 pessoas morreram na União Europeia (UE) em resultado de um acidente de trabalho em 2012 - o último ano para o qual as estatísticas foram desenvolvidas pela UE. Além disso estima-se que cerca de 100.000 pessoas morrem anualmente de cancro contraído no local de trabalho.

A UE tem feito muito pouco nos últimos anos para reforçar a proteção dos trabalhadores contra doenças e acidentes de trabalho, agravado pelo facto de as novas tecnologias e inovações criarem novos riscos, segundo dados da investigação médica.

"Os trabalhadores necessitam de uma melhor proteção", disse Esther Lynch, Secretária Confederal da Confederação Europeia dos Sindicatos (CES). "As novas leis são necessárias, agora!"

A CES apela a que novas leis de saúde e segurança sejam adotadas com urgência para proteger os trabalhadores: implementação em 2016, em vez de adiar para 2020, uma lei que fixa os limites de exposição profissional a pelo menos 50 substâncias que causam cancro, em vez das 5 atualmente reconhecidos; introdução de novos regulamentos relativos a (1) nano partículas, (2) riscos psicossociais incluindo o stresse psicossocial, violência e assédio; (3) problemas músculo-esqueléticos (especialmente dores de pescoço, costas e ombros).

Na UE está implementada há quase 12 anos sem qualquer alteração uma diretiva relativa aos agentes cancerígenos e mutagénicos. Na sequência da pressão sindical, a Comissão

Europeia prometeu alguns progressos neste ano para proteger melhor os trabalhadores. No entanto, o Parlamento Europeu e os Estados-Membros continuam a ignorar as exigências dos sindicatos relativamente à legislação em matéria de nanomateriais.

Lynch acrescentou: "As preocupações sobre o custo da conformidade regulamentar para empresas ignoram os custos para os trabalhadores e suas famílias e não deve impedir-nos de agir. Dado o número inaceitável de vítimas a urgência de ação é fundamental.

A FNE desenvolveu uma campanha de saúde e segurança com os seus sindicatos, ao longo dos últimos anos, de forma a chamar à atenção sobre estes problemas na área da educação.

CES Publica o European Policy Framework for Apprenticeships, uma proposta sindical

Após oito anos de crise económica, a Europa demonstra um crescimento anémico cuja média não ultrapassa a barreira do 1% ao ano. No seu Congresso de 2015, a Confederação Europeia de Sindicatos (CES) reafirmou o novo caminho para a Europa, que preconizava um programa massivo de investimento que mobilizasse, no mínimo, 2% ao ano do Produto Interno Bruto (PIB) e pudesse gerar 11 milhões de novos empregos. Neste sentido, a CES fez uma parceria com as confederações dos empregadores (UEAPME e CEEP) no sentido de desenvolver um projeto integrado que contribuísse para a implementação de uma Aliança Europeia para as Aprendizagens que pudesse estar a origem de um Quadro Europeu para as Aprendizagens.

Um dos projetos nesta área foi liderado pelo UNIONLEARN, do Reino Unido, uma das maiores uniões da CES e produziu um conjunto de reivindicações relativamente a este tema. O estudo revela alguns dados preocupantes sobre a situação do ensino profissional em alguns países, bem como alguns avanços legislativos e estruturais que foram desenvolvidos por países da UE.



O documento pode ser consultado aqui:

https://www.etuc.org/sites/www.etuc.org/files/publication/files/a_european_quality_framework_for_apprenticeships_en.final_corr_.pdf



FNE na Academia Europeia do Diálogo Social



Aspeto de uma das sessões de trabalho da formação da CES sobre o Diálogo Social Europeu

O dirigente do STAAE-ZN Marco Alexandre Pina participou de 2 a 4 de maio de 2016, em Bruxelas, na primeira parte da *Academia Europeia do Diálogo Social*, organizada pela Confederação Europeia de Sindicatos (CES), em representação da FNE e da UGT.

O seminário, que tem uma segunda fase de três dias em 20, 21 e 22 de junho de 2016, oferece uma boa oportunidade, a dirigentes sindicais de toda a Europa, para aprofundarem os seus conhecimentos sobre as estruturas, processos e mecanismos dos vários tipos de diálogo social a nível nacional e europeu,

além de lhes proporcionar o estabelecimento de novos contactos para o seu trabalho quotidiano nos seus sindicatos. Marco Alexandre Pina exerce a sua atividade sindical na Régua.

Aqui ficam as suas impressões sobre a primeira parte desta formação:

“A Academia Social do Diálogo Europeu (ESDA) teve este ano a sua segunda edição. Nos primeiros três dias de maio ficamos a conhecer melhor a CES (Confederação Europeia de Sindicatos), através do seu Secretário Geral Adjunto, Peter Scherrer, bem

como a análise contextual dos vários países europeus, através da equipa de investigação do ETUI (Instituto Sindical Europeu) Magdalena Bernaciak e Romauld Jagodzinski.

Juliane Bir, da CES, centrou a sua intervenção no Diálogo Social Europeu, com a ajuda de Cristian Welz, Investigador do Eurofund e Bem Egan (também da CES). Isabelle Barthès (IndustriALL) e Dimitris Theodorakis (UNI-Europa) deram-nos a sua perspetiva do Diálogo Social Europeu, enquanto representantes das suas organizações em Bruxelas.

Entre trabalhos de grupo, sessões de pergunta e resposta e muita informação, Ruari Fitzgerald, do Gabinete de Projetos da CES, acompanhou sempre o grupo de formandos da Academia, envolvendo-os nas diversas atividades.

Pessoalmente considero como ponto mais alto desta primeira fase da Academia o ter tido a possibilidade de reunir com Jutta Steinruck, Eurodeputada da Comissão do Emprego e dos Assuntos Sociais e Jude Kirton-Darling, Eurodeputada da Comissão do Comércio Internacional, que nos deram a



possibilidade de ouvir e questionar acerca da temática do Diálogo Social Europeu.

Neste momento há muitos europeus desapontados com a administração Junker, em virtude de ela ter prometido, de uma forma assumida e profunda, pôr na agenda da Europa o Diálogo Social e não estar, na realidade, a corresponder às expectativas criadas.

Há pois um longo caminho a percorrer, no qual as estruturas sindicais têm um importante papel a desempenhar, tanto a nível nacional como a nível europeu”.

Marco Pina – STAAE-ZN



O dirigente do STAAE-ZN - FNE nas instalações da Casa Sindical Internacional, em Bruxelas

Diálogo Social Europeu: CSEE apresenta um novo link sobre os representantes do Diálogo Social Europeu



O Comité Sindical Europeu para a Educação (CSEE) começou a publicar uma série de entrevistas a representantes de diferentes países no Comité do Diálogo Setorial Europeu, numa nova ação intitulada: “Quem te representa?”.

O Comité de Diálogo Social Setorial Europeu (ESSDE) é composto por um representante por país em cada uma das duas delegações dos parceiros sociais. É um corpo do diálogo social bipartido, os parceiros sociais, sendo responsável pela sua ordem de trabalhos e condução dos seus debates. O Comité reúne em plenário, pelo menos uma vez por ano e três vezes por ano, no máximo. Pode criar grupos de trabalho com um máximo de 15 representantes de cada lado, que se reúnem, no máximo, seis vezes por ano.

No Comité de Diálogo Social Setorial Europeu para a Educação, o CSEE representa o grupo dos trabalhadores e mantém todos os assentos dos 28 países, complementados a nível da UE por dois representantes da Federação Europeia de Sindicatos dos Serviços Públicos (EPSU) e um representante da Confederação da Independent Trade-Unions (CESI), sem direito a voto no Comité.

A Comissão Europeia auxilia os parceiros sociais para organizar as reuniões, mas não interfere no diálogo.

A Comissão ESSDE cobre todos os Setores da Educação: Pré-escolar, Primeiro Ciclo, Ensino Básico, Ensino Secundário, Educação e Formação Profissional, Ensino Superior e Investigação. Nos Estados-Membros da União Europeia, o setor da Educação emprega 14,7 milhões de trabalhadores para educar 93 milhões de alunos e estudantes. A despesa pública total em educação europeia é de 583 mil milhões de euros por ano, o equivalente a 5,7% do PIB europeu.

A representação de Portugal neste órgão está a cargo de Joaquim Santos, em representação da FNE.

Mais informação:

<http://www.csee-etuice.org/en/social-dialogue/29-european-sectoral-social-dialogue-in-education-essde/1405-your-delegates>

<http://ec.europa.eu/social/main.jsp?catId=329&angId=en>

<http://ec.europa.eu/social/main.jsp?catId=480&angId=en&intPagId>

Relatórios do CSEE alertam para os efeitos negativos da privatização da Educação

O Comité Sindical Europeu para a Educação (CSEE) publicou dois novos relatórios sobre o Estado de Financiamento da Educação, sobre as Condições de Trabalho dos Professores, as iniciativas sindicais, o diálogo social e a negociação coletiva em alguns países da Europa.

Estes dois documentos fazem o ponto da situação, que combina os resultados de oito anos de crise económica e medidas de consolidação orçamental sobre as finanças públicas dos sistemas de ensino, as condições de trabalho dos professores, o papel dos sindicatos de professores, e as principais tendências no diálogo social e na negociação coletiva.

Os resultados da pesquisa descritos nestes relatórios revelam que:

Os orçamentos da educação continuam sob pressão. São por isso afetados os salários e benefícios dos trabalhadores da educação, as suas condições de trabalho e a disponibilidade e qualidade da formação e do desenvolvimento profissional.

As reformas dos sistemas de educação e formação nacionais tiveram lugar em quase em todos os países da Europa e encontram-se claramente ligadas à diminuição do financiamento da educação, e consequentemente levaram ao aumento da privatização. Houve claramente um aumento do número de instituições privadas financiadas, especialmente na primeira infância e no ensino superior.

Evidencia-se igualmente uma influência significativa de consultores nas políticas de educação, assim como a proliferação de produtos de educação na maioria dos países europeus.

Na área do diálogo social há uma preocupação de que as decisões que afetam os professores e a comunidade escolar estejam a ser tomadas fora das consultas formais com os parceiros sociais, em especial quando se trata de reformas da educação e do sistema de formação profissional.

Estes dois relatórios fizeram soar as campainhas de alarme para o impacto negativo sobre a escola pública da privatização do setor da educação.



2016 Reunião de Primavera do Comité do CSEE



A 11 e 12 de abril de 2016 os membros do Comité Sindical Europeu da Educação (CSEE) reuniram-se em Bruxelas para a reunião de primavera. O principal tema na agenda foi a Conferência CSEE que será realizada em dezembro 2016, em Belgrado, na Sérvia, e que constituirá um momento de eleição do novo comité e da nomeação do novo Diretor.

A presidente Christine Blower abriu a reunião e referiu-se aos recentes eventos devastadores em Bruxelas e na Europa, condenando os ataques extremistas na Europa e enfatizando o papel da educação e dos seus profissionais na promoção da cidadania democrática e na luta crucial contra as tendências extremistas e radicais.

À luz da preparação da Conferência do CSEE, os delegados discutiram o tema da conferência: *Dar poder aos sindicatos da Educação: a chave*

para a promoção da qualidade educativa. Os delegados aprovaram a próxima resolução sobre este tema, a apresentar à Conferência pelo CSEE. A resolução recomendada pelo Comité Permanente para a Igualdade, no sentido de reforçar a igualdade na educação e o documento de orientação sobre a profissão Docente no SEC. XXI e o uso das Novas Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC).

A Conferência Especial CSEE em 2014 tinha pedido um grupo de trabalho CSEE de peritos para compilar o documento e a FNE fez parte da comissão de redação através do seu dirigente Alexandre Dias, tal como foi noticiado em anteriores edições da nossa newsletter. O documento fornece uma visão clara e analisa a profissão docente no século 21 e a utilização das TIC, refletindo o trabalho das organizações do CSEE sobre os desafios e oportunidades neste

campo. Apresenta várias recomendações para os sindicatos de ensino europeus a nível institucional europeu, e a nível da educação nacional.

A animada troca de opinião entre os delegados evoluiu sobre as questões da integração dos refugiados e radicalização, o que levou o comité a solicitar à Secretaria do CSEE a elaboração de uma resolução do Comité sobre esta questão na Conferência em dezembro.

Outros tópicos foram debatidos na reunião: o inquérito CSEE sobre diálogo social e governação colegial do ensino superior e da investigação, a visão geral sobre o estado dos recursos na educação, as condições de trabalho dos professores, os direitos de diálogo social e sindicais na Europa e pontos de vista do CSEE sobre a Agenda para as Novas Competências para a Europa da Comissão Europeia.

A Secretaria do CSEE informou também os delegados sobre os últimos desenvolvimentos no diálogo social setorial europeu e o apoio de solidariedade para as organizações membro, incluindo um relatório detalhado sobre a missão do CSEE na Turquia, que teve lugar no início deste ano.

A Presidente informou ainda os membros do Comité CSEE que o Diretor Europeu, Martin Rømer, se vai aposentar no final de 2016 e anunciou o processo de nomeação para o cargo de Diretor. A próxima Comissão do CSEE ficou agendada para 10 e 11 de outubro de 2016.

Locais saudáveis para todos

O Comité Sindical Europeu para a Educação (CSEE) apoia os "locais de trabalho saudáveis para todas as idades"-campanha da Agência Europeia para a Segurança e Saúde no Trabalho (EU-OSHA). A nova campanha, que aborda os desafios de um envelhecimento da população ativa, a fim de promover uma vida ativa sustentável, foi lançada no dia 15 de abril de 2016, pela Comissária Europeia Marianne Thyssen. A campanha visa "promover o trabalho sustentável e envelhecimento saudável e a importância da prevenção ao longo de toda a vida de trabalho".

O trabalho que o CSEE está a realizar atualmente no domínio da Saúde e Segurança (promover locais de trabalho decentes em educação para uma vida saudável de trabalho) está diretamente ligado à campanha. A campanha tem estado presente e continuará a estar



presente nas atividades realizadas em particular em 2016. O CSEE pretende fornecer à EU-OSHA exemplos de boas práticas recolhidos no âmbito do projeto conjunto dos parceiros sociais na promoção de locais de trabalho decentes na educação (a ser finalizado e aprovado até ao final de 2016) e do projeto comum anterior sobre o recrutamento e fidelização dos profissionais da educação (2011/12).

Professores romenos em protesto

Centenas de professores filiados na Federação Sindical Livre na Educação (FSLE) demonstraram no passado dia 18 de abril, em frente ao edifício do Governo, o seu descontentamento com os baixos salários e más condições de trabalho no setor da educação na Roménia.

As condições de trabalho dos profissionais da educação têm piorado de ano para ano, devido à falta de recursos, aumentando o stresse relacionado com o trabalho e pressão sobre os professores e pessoal administrativo, devido, nomeadamente, ao elevado número de crianças por turma (uma média de 36 crianças, em vez de 25 como está estabelecido na lei).



Face a esta situação a FSLE instou o governo a retirar a proposta de lei sobre os salários do setor público, que não tinha sido objeto de negociação com os sindicatos. Após os protestos a proposta acabaria por ser retirada.

Reunião do TUAC em Paris O Mundo já não é preto e branco em termos de emprego



O representante da UGT/FNE, Joaquim Santos

Em representação de Portugal, a UGT/FNE participaram, através do dirigente Joaquim Santos, em mais uma sessão do Grupo de Trabalho em Educação, Formação e Emprego do TUAC (Comité Consultivo Sindical junto da OCDE), no Centro de Conferências desta organização, em Paris, que decorreu em 3 e 4 de maio de 2016. Aqui fica um resumo das apresentações dos peritos da OCDE e de alguns rescaldos do debate com os representantes sindicais de todo o mundo:

1. Cimeira das Competências de Bergen e relatório Perspetiva de Competências 2017

A Cimeira das Competências vai decorrer na cidade de Bergen, segunda maior da Noruega, em 28 e 30 de junho de 2016, e vai incidir nas

estratégias para a produtividade, inovação e inclusão. A sessão de boas-vindas estará a cargo de Erna Solberg, primeiro-ministro norueguês e de Angel Gurría, secretário-geral da OCDE. Os trabalhos incidirão sobre a *Definição da agenda para 2025 - Construir estratégias de competências eficazes, em que se debaterá que tipo de economia e sociedade imaginamos para os nossos países em 2025?*, Quais são os principais



A Cimeira de Bergen vai decorrer no Haakon's Hall

desafios de hoje e amanhã e como podemos alavancar competências para lhes respondermos? Como podemos criar um diálogo nacional sobre competências e sustentá-lo?

Uma segunda sessão vai debater as *Competências para a Inovação, produtividade e Inclusão – aproveitando os nossos investimentos em competências para atingir os nossos objetivos*, uma vez que a prosperidade e bem-estar social de um povo são construídos sobre as competências dos seus cidadãos e a carência de competências em certas atividades e indústrias podem tornar-se um obstáculo para o crescimento económico.

A Cimeira de Bergen vai também focar-se em múltiplas questões relacionadas com o ensino superior. Deborah Roseveare frisou que as competências dizem respeito a toda a Educação e a ministros de todas as áreas, tendo aquela organização mundial trabalhado com vários portfolios de ministros com responsabilidades nas competências, até porque **o mundo já não é branco e preto em termos de emprego**.

Vão ainda ser debatidas as competências no quadro das cadeias de valor global, além de serem apresentados alguns dados sobre o relatório *Perspetiva das Competências 2017*, em curso na OCDE.

2. Por que é que o profissionalismo docente conta

Pablo Fraser, analista do TALIS, apresentou o recente relatório saído do TALIS 2013 intitulado *TALIS – Apoiando o Profissionalismo Docente*, que concetualiza o profissionalismo do professor através de três componentes: *Conhecimento* – definido como necessário para o ensino; *Autonomia* do professor - definida como a tomada de decisão dos professores sobre os aspetos relacionadas com o seu trabalho; e *Redes de Pares* - definidas como oportunidades para troca de informações e apoio necessários para manter elevados padrões de ensino.

Os sistemas de ensino diferem em termos da ênfase colocada em cada um dos domínios do profissionalismo dos professores. Em todos os sistemas há uma relação particularmente positiva entre conhecimento e pares, domínios de rede e

satisfação do professor, auto-eficácia e perceções do valor da profissão e do ensino na sociedade. As práticas de apoio ao profissionalismo dos professores são menos comuns em escolas com uma maior proporção de alunos sócio-economicamente desfavorecidos.

No entanto, investir no profissionalismo dos professores pode ser particularmente benéfico nestas escolas, uma vez que a relação positiva entre conhecimento, redes de pares e satisfação do professor é amplificada em escolas desafiadoras. Portugal é o último classificado no índice das três dimensões do profissionalismo docente, seguindo-se a Espanha, Geórgia, Chile, Japão, México e França. No topo classificativo estão a Rússia, Estónia, Singapura, Nova Zelândia e Inglaterra.

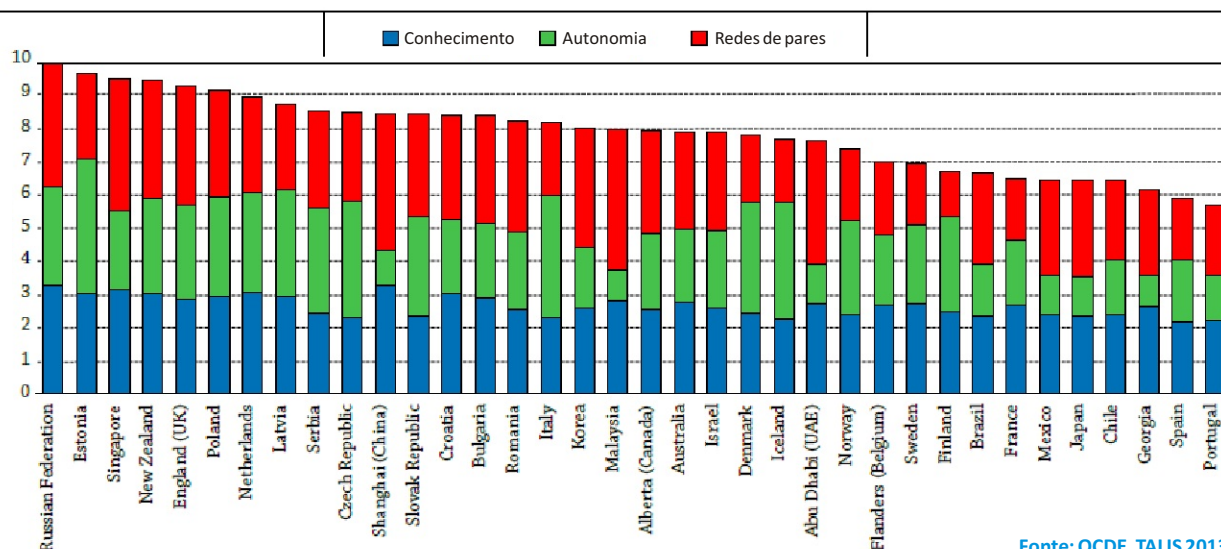
Seguiu-se um período de debate, onde Rob Weil, da AFT, comentou: *Mas quem é que se interessa verdadeiramente pelo profes-*

lismo docente? As pessoas só querem saber de resultados. Todos percebemos o que ele quis dizer.

3. Relatório sobre alunos com baixos resultados

Miyako Ikeda apresentou o relatório já editado sobre os *Alunos com Baixos Resultados – Por que ficam para trás e como podemos ajudá-los*, baseado em informação do PISA 2012 (alunos com 15 anos). Os países com mais alunos com baixos resultados são a Hungria, Eslováquia, Suécia, Lituânia, Estados Unidos da América, Itália e Portugal. No entanto, juntamente com a Alemanha, Brasil, Federação Russa, México, Tunísia e Turquia, o nosso país teve o condão de melhorar os resultados em Matemática, entre o PISA 2003 e o PISA 2012. Em 16 países mais de 50% dos alunos não têm resultados positivos. E o pior é que os resultados negativos na escola comprometem a igualdade nas oportunidades educativas.

Profissionalismo docente em sistemas do TALIS: index total das três vertentes



4. Sindicatos e Competências: um documento de reflexão sobre a nova estratégia da OCDE em matéria de competências

Tom Wilson, consultor de competências e ex-sindicalista do Reino Unido (RU), apresentou um draft inicial para estimular a discussão no TUAC, com o objetivo de juntar mais exemplos e evidências das muitas formas de trabalho sindical no que respeita a competências em todo o mundo. Tom Wilson quer conhecer exemplos de outros países para ter uma visão mais apropriada e mais genérica do assunto. Trata-se assim da necessidade de os sindicatos demonstrarem melhor à OCDE o seu

relevante papel nesta área tão fulcral para o desenvolvimento de cada país.

5. A agenda da desadequação de competências da OCDE: avaliando e antecipando necessidades de competências em mudança

Guillermo Montt e Fabio Manca procederam a uma revisão do tema do desajuste de competências no mercado de trabalho. 40 % dos trabalhadores europeus sentem que o seu nível de competências não corresponde ao exigido pelo seu trabalho, o que se aplica também ao México, Japão e Coreia. Em paralelo, muitos trabalhadores dão notícia que enfrentam problemas no recrutamento devido a falta de competências.

No período de debate entrevistaram alguns participantes (incluindo a UGT/FNE), todos incidindo num ponto idêntico: o de que os relatórios de empregadores sobre esta matéria não são fiáveis, uma vez que estes não querem pagar as competências que os trabalhadores verdadeiramente possuem.

6. II Cimeira da Indústria da Educação – Israel, setembro de 2016

John Bangs, Presidente deste comité do TUAC, chamou à atenção para o facto dos sindicatos solicitarem a

sua participação/integração em cada delegação nacional que se desloque a Israel.

7. Incentivos à Implementação da aprendizagem em contexto de trabalho: a produtividade através dos investimentos em competências

Malgorzata Kuczera apresentou o estudo *Fortalecendo os incentivos para cursos de aprendizagem*, sublinhando a importância da formação vocacional para os jovens, para o desenvolvimento do mercado de trabalho e para a sociedade em geral.

Em sua opinião se não houver incentivos (financeiros e não financeiros) para que as empresas adiram a estes cursos a oferta educativa nunca será muito grande. Na verdade, muitas economias da OCDE (como a portuguesa) dependem fortemente de pequenas e médias empresas, geralmente mais relutantes em formar aprendizes.

Na Suíça cerca de 25 % das empresas com menos de 10 trabalhadores fornecem cursos de aprendizagem, em comparação com 80% de grandes empresas, empregando 100 ou mais trabalhadores. Para muitas empresas, os cursos de aprendizagem são também uma forma muito positiva de reforçarem a sua imagem tanto no mercado como na sociedade.



8. As competências na Economia Digital (como preparação para a Economia Digital Ministerial da OCDE) e para o quadro concetual do Futuro do Trabalho da OCDE

O tema dos desafios da Economia Digital está na primeira linha das preocupações da OCDE. Por isso vai decorrer nos próximos dias 21 a 23 de junho de 2016, em Cancun, México, um encontro ministerial desta organização, intitulado *Economia Digital: Inovação, Crescimento e Prosperidade Social*. O fundamento deste encontro é de que o fortalecimento do acesso e a participação na economia digital requer a colaboração entre todas as partes interessadas e os governos para encontrarem, em conjunto, novas abordagens para o desenvolvimento de políticas eficazes.

Quanto ao futuro do trabalho há algumas tendências que lhe estão a dar forma, como a digitalização da tecnologia, a globalização e mudanças no meio ambiente, as sociedades envelhecidas, o que nos leva a perguntar que tipo de empregos serão criados ou como, onde e por quem eles serão conduzidos. No entanto, as políticas governamentais podem minimizar a rutura e maximizar os benefícios, ajudando a equilibrar competências técnicas e as ditas *soft skills*, colocando o ênfase certo nas

competências tecnológicas, permitindo *dançarmos com os robots*, em busca de novas oportunidades.

9. Revisões de Educação por País

David Istance falou sobre o relatório que dirigiu sobre como *Melhorar as Escolas na Escócia – uma Perspetiva da OCDE 2015*, depois da edição do anterior relatório datado de 2007.

10. Relatório sobre Alunos Imigrantes na Escola – Facilitando o Caminho da Integração

A OCDE revisita a educação de migrantes e revela as dificuldades que estes sentem em encontrar uma

nova comunidade e novas escolas, ao mesmo tempo que analisa de novo como é que os vários sistemas de ensino respondem a este grande desafio. O PISA 2015, a sair em dezembro de 2016, trará mais informação sobre estes alunos, assim como os novos desenvolvimentos do PIAAC.

Os Estados Unidos têm boas políticas de integração de alunos imigrantes e em diversos estados americanos há muitos bons exemplos de estudantes altamente motivados que conseguem vencer a dupla barreira da pobreza e de um histórico de imigração, contribuindo assim com o seu potencial para um desenvolvimento excepcional do seu país de acolhimento.

11. O PISA para o Desenvolvimento e o papel da OCDE na implementação do Objetivo de Desenvolvimento 4

Pablo Zoido fez uma atualização do projeto *PISA para o Desenvolvimento*, que envolve vários países africanos e da América Latina, e do papel da OCDE nos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável para 2030 das Nações Unidas, incluindo o objetivo 4, sobre Educação.

A próxima reunião do TUAC está agendada para 13 e 14 de outubro de 2016.





UE

108 adesões na Aliança Europeia para as Aprendizagens



Imagem do 5º Encontro de parceiros da Aliança Europeia para as Aprendizagens em Bruxelas que se focou em dois temas principais: desenvolvimento de uma plataforma de apoio aos aprendizes e na sua mobilidade

A Aliança Europeia para as Aprendizagens (EAFA, em inglês), iniciativa no campo da educação, formação e emprego gerida pela Comissão Europeia (CE), conta de momento com 108 adesões, oriundas de 31 países, uma delas da própria FNE, que assinou o seu *Compromisso* em 22 de abril

de 2015, em Riga, capital da Letónia. Na verdade, o sucesso da EAFA reside na implementação dos compromissos nacionais e no compromisso dos parceiros, nomeadamente através da assinatura de um documento por parte das organizações interessadas.

A EAFA é uma plataforma única que reúne governos com outros interessados na educação e formação, tais como empresas, parceiros sociais, câmaras de comércio ou indústria, educação e formação profissional, regiões, representantes da juventude ou grupos de reflexão. O objetivo é reforçar a qualidade, a oferta e a imagem dos cursos de aprendizagem na Europa. A primeira pesquisa on-line entre as partes interessadas revelou a importância crescente da mobilidade nestes cursos vocacionais.

Num recente relatório, também o Parlamento Europeu (PE) chama à atenção para a necessidade de se melhorarem as condições para a mobilidade nos cursos de aprendizagem. O PE sublinha que apenas 1% dos jovens em cursos com base no local de trabalho participam em programas de mobilidade.



No passado dia 17 de março de 2016 decorreu em Bruxelas o 5º Encontro de parceiros da Aliança, que contou com 60 participantes, que tomaram conhecimento dos últimos desenvolvimentos no projeto.

A Aliança foi lançada em julho de 2013, com uma declaração conjunta pelos parceiros sociais europeus (Confederação Europeia de Sindicatos - CES, BusinessEurope, UEAPME e CEEP), a Comissão Europeia (CE) e a Presidência do Conselho da União Europeia, a que se seguiu uma declaração do Conselho pelos países da União Europeia EU.

Os cursos de aprendizagem, como forma bem sucedida de aprendizagem no local de trabalho, facilitam a transição da educação e formação para o



emprego, e as evidências sugerem que os países com um forte sistema de educação e formação profissional e de aprendizagem têm níveis de desemprego jovem mais baixos. Estes cursos combinam e alternam uma formação com base na empresa com uma educação com base na escola e levam a uma qualificação reconhecida a nível nacional, após uma conclusão bem-sucedida.

Na maioria das vezes existe uma relação contratual entre o empregador e o aprendiz, com este a ser pago pelo seu trabalho. A Aliança promove o emprego jovem e apoia os objetivos da

Garantia da Juventude, além de reduzir a disparidade entre a oferta e a procura de competências no mercado de trabalho. De referir que muitos alunos destes cursos vocacionais são recrutados pelas próprias empresas onde terminaram a sua formação.

Desta Aliança europeia pelas aprendizagens fazem parte empresas como a BASF, Cisco Systems, Grupo BMW ou a Siemens (na Alemanha), a Repsol (Espanha), a Nestle, ou organizações sindicais como o CSEE (Europa), GEW (Alemanha), MUT (Malta), Nasuwt (Reino Unido) e UNSA (França).



Número de licenciados sobe em Portugal em 2015 mas continua longe de meta para 2020 – Eurostat

O número de diplomados do ensino superior em Portugal, entre os 30 e os 34 anos, subiu de 12,9% em 2002 para 31,9% em 2015, mas ainda longe do objetivo da estratégia Europa 2020 (40%), segundo o Eurostat.

Por outro lado, a taxa de abandono escolar precoce caiu de 38,5%, em 2006, para 13,5%, em 2015, sendo a meta para 2020 de 10%.

Neste indicador, a média da UE é de 11%, em 2015, valor que comparado com os 15,3% de 2006 e já próximo do objetivo de 10% traçado para 2020.

Segundo o gabinete de estatísticas da UE, o número de licenciados aumentou, na média dos 28

Estados-membros, de 23,6%, em 2002, para 38,7%, em 2015, sendo o objetivo para a Europa 2020 de 40% de diplomados com idades entre os 30 e os 34 anos.

Em 2015, mais de metade da população entre os 30 e os 34 anos tinha concluído os estudos superiores na Lituânia (57,6%), no Chipre (54,6%), na Irlanda e no Luxemburgo (52,3% cada) e na Suécia (50,2%).

No outro extremo da tabela estão a Itália (25,3% de licenciados), a Roménia (25,6%), Malta (27,8%) e a Eslováquia (28,4%).

Doze Estados-membros chegaram já aos objetivos nacionais para 2020: a Dinamarca, a Estónia, a Grécia, Chipre, a

Letónia, a Lituânia, a Hungria, a Holanda, a Áustria, a Eslovénia, a Finlândia e a Suécia.

Em relação ao abandono escolar precoce, as taxas mais baixas foram registadas na Croácia (2,8%), na Eslovénia (5,0%), em Chipre e na Polónia (5,3% cada), bem como na Lituânia (5,5%), enquanto as mais altas se observaram em Espanha (20,0%), em Malta (19,8%) e na Roménia (19,1%).

Treze Estados-membros chegaram já à meta nacional para 2020: Dinamarca, Irlanda, Grécia, França, Croácia, Itália, Chipre, Letónia, Lituânia, Luxemburgo, Áustria, Eslovénia e Suécia.





ONU

ONU inicia execução dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

Pela primeira vez desde que os Objetivos foram aprovados em setembro de 2015, a ONU reuniu os estados membros, organizações da sociedade civil e líderes empresariais com o intuito de criar associações eficazes destinadas a alcançar os 17 Objetivos para o ano de 2030.

Nas suas observações preliminares, o presidente da Assembleia da ONU, Mogens Lykketoft, afirmou que os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) oferecem à comunidade internacional uma nova oportunidade para criar um mundo melhor e mais justo.

Na reunião foi discutida a necessidade de uma maior cooperação internacional em assuntos fiscais e financeiros. Mogens Lykketoft admitiu que, face aos recentes escândalos de fraude e evasão fiscal os países estão mais recetivos a melhorar a cooperação internacional em matéria de desafios fiscais.

O secretário-geral da Internacional da Educação, Fred Van Leeuwen, que assistiu ao evento da ONU, acredita que a Aliança Mundial da Educação, que reúne todas as partes interessadas – os governos, as organizações da sociedade civil, os sindicatos da educação e o setor privado – para reunir e distribuir fundos destinados à educação e supervisionar os programas educativos representa um modelo que também pode funcionar para outros Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.

Alguns líderes empresariais afirmaram que, para conseguir que as sociedades se comprometam na aplicação dos ODS, este compromisso deveria resultar “comercialmente atrativo”. Num dos grupos de discussão, o diretor da Sociedade para o Desenvolvimento Internacional afirmou que há necessidade de alguma contenção ao abrir o âmbito público à atividade comercial.

-  1 - Acabar com a pobreza em todas as formas
-  2 - Acabar com a fome, melhorar a nutrição
-  3 - Assegurar uma vida saudável para todos
-  4 - Garantir educação equitativa e de qualidade
-  5 - Alcançar a igualdade de gênero
-  6 - Garantir manejo sustentável da água
-  7 - Garantir acesso à energia barata
-  8 - Promover crescimento econômico sustentável
-  9 - Construir infraestrutura e industrialização inclusiva
-  10 - Reduzir a desigualdade entre países
-  11 - Tornar as cidades inclusivas e seguras
-  12 - Assegurar padrões de consumo sustentáveis
-  13 - Combater a mudança do clima
-  14 - Conservar os oceanos
-  15 - Proteger as florestas
-  16 - Promover sociedades pacíficas e inclusivas
-  17 - Fortalecer desenvolvimento sustentável

Objetivos de Desenvolvimento Sustentável



FETE-UGT dissolve-se e passa a integrar a Federação de Serviços Públicos (FSP)



A Federação do Ensino UGT (FETE-UGT) realizou no dia 10 de maio, em Madrid, o seu XVII Congresso Federal, sob o lema "Com a FETE mais sindicato". Este Congresso teve um caráter especial e histórico pela dissolução da Federação de Ensino UGT, de acordo com o mandato do 42º Congresso da UGT, que decidiu a integração da FETE como um setor dentro de uma nova Federação de Serviços Públicos.

A FETE-UGT foi testemunha e protagonista da história da educação e do trabalho em Espanha e as suas origens remontam a 1909 com a criação da Associação de Professores Laicos Racionalistas, o que levou à Associação Geral dos Professores (1919) e à constituição da FETE-UGT em 1931.

Tal como no passado, as reivindicações desta organização

passam pela defesa da educação pública de qualidade baseada nos princípios de igualdade, solidariedade, liberdade e laicidade, defendendo os interesses profissionais e laborais dos trabalhadores de todos os setores de ensino.

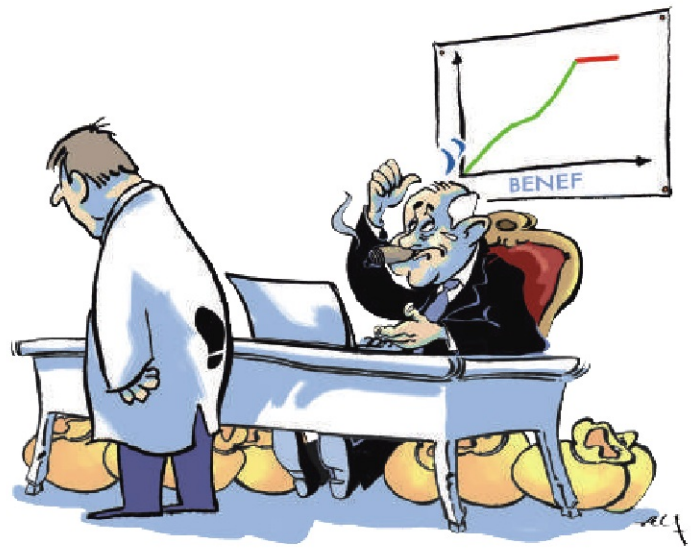
O congresso de dissolução implica a saída do Executivo federal atual, liderado pelo companheiro Carlos Lopez Cortiñas que deixa a sua responsabilidade como secretário-geral da FETE-UGT. Carlos tinha defendido acerrimamente a autonomia da FETE relativamente à proposta de integração na

FSP mas o congresso decidiu a fusão. A FETE-UGT tem sido uma parceira da FNE desde a nossa fundação tendo trabalhado connosco na defesa dos ideais que nos unem e desenvolvido várias atividades de parceria estratégica.

No seu discurso Carlos López Cortiñas considerou ser fundamental a criação de um futuro governo espanhol capaz de abolir a Lei Orgânica para a Melhoria da Qualidade Educativa (LOMCE) e os cortes na função pública iniciados em 2012. Desafiou também os professores a não se perderem em combates estéreis sobre a sua integração na nova estrutura sindical e a defenderem o trabalho pedagógico e a especificidade da profissão docente, atuando ativamente nas escolas e em todos os locais de trabalho. Cortiñas agradeceu o apoio recebido nestes últimos três mandatos e instou a futura direção a defender os valores da FETE.



Carlos López Cortiñas opôs-se à integração da FETE numa outra Federação



UNSA-Education: federação sindical em luta pelo diálogo social em França

As notícias de França relativamente à tentativa de alteração do código do trabalho têm motivado uma forte reação dos sindicatos da educação. A lei EL Khomri prevê uma drástica desregulação das relações de trabalho e uma perda substancial de direitos dos trabalhadores.

A UNSA-Education tem participado ativamente na negociação desta lei, tentando reequilibrar o diploma a favor dos trabalhadores e obteve já alterações significativas. No entanto, e por estarem ainda sem resolver muitas das reivindicações apresentadas, instou os seus sindicatos a influenciarem a Comissão de Assuntos Sociais da Assembleia Nacional de forma a modificar a decisão sobre as 304 alterações propostas para esta lei. Para isso, enviou uma publicação de oito páginas a toda a comunidade escolar onde apresenta as suas propostas de alteração e insta a sociedade civil a pressionar o governo no sentido de implementar as suas propostas. O referido documento pode ser consultado em:



<http://www.unsa.org/?Loi-El-Khomri-pour-que-ca-bouge.html>

Dia do Professor caboverdiano



"Construir o Futuro a partir da Educação" foi o título da conferência internacional, que decorreu no âmbito do Dia do Professor cabo-verdiano

O Sindicato dos Professores da Ilha de Santiago (SIPROFIS) quer preparar os docentes para enfrentar os desafios do futuro, no momento em que Cabo Verde terá um novo governo sustentado por um partido diferente depois de 15 anos.

Em declarações à imprensa na Cidade da Praia, o presidente do SIPROFIS, Abraão Borges, explicou que foi esse o objetivo da conferência internacional intitulada "Construir o Futuro a partir da Educação", promovida pelo sindicato, um dia antes da tomada de posse do novo governo sustentado pelo Movimento para a Democracia (MpD).

"Estamos a preparar os nossos dirigentes para os desafios que o país vai enfrentar no futuro, porque os professores devem ganhar motivação quando têm direitos iguais, ou seja, trabalho igual, salário

igual", frisou, esclarecendo que querem mostrar que "não há país sem uma educação de qualidade no futuro".

A conferência organizada no âmbito da comemoração do Dia do Professor cabo-verdiano em 23 de abril, foi dirigida aos membros do SIPROFIS, e contou com a presença da FNE, através do seu dirigente Pedro Barreiros.

"Queremos trocar experiências em relação àquelas que são as necessidades de formação dos professores em Cabo Verde e identificar aquilo que, no âmbito da CPLP, poderemos fazer. Hoje é mais um passo de um caminho que queremos trilhar para conseguirmos que os professores deste país tenham cada vez melhores condições de trabalho", afirmou o representante da FNE.

Segundo o sindicalista, a presença das duas organizações de professores de Portugal é importante para se conseguir alcançar esses objetivos, garantindo que as necessidades de Cabo Verde não são muito diferentes do ponto de vista pedagógico daquelas que são as dos professores portugueses.

"Um professor precisa de estímulos profissionais para alcançar os seus objetivos, que são o sucesso dos seus alunos e um bem ainda maior que é o desenvolvimento do país. Apostar nos professores é estar a apostar no futuro do país e se conseguirmos dar condições ao nível pedagógico e ao nível de formação aos professores está-se com certeza a garantir esse futuro melhor", indicou o português.

"Que professor para o Século XXI" e "Dez razões para uma educação de qualidade", foram os temas da conferência internacional que tem como tema central "Construir o Futuro a partir da Educação".

A FNE esteve em Cabo Verde onde participou nas comemorações do Dia do Professor Caboverdiano, este ano a cargo do Sindicato dos Professores da Ilha de Santiago – SIPROFIS. As celebrações contemplaram uma agenda mais alargada, que começou com a realização desta conferência internacional sobre educação na lusofonia.

Várias organizações sindicais marcaram presença nas comemorações, que tiveram como ponto alto, a 23 de abril, uma marcha pela dignidade da profissão docente e pela educação, onde participaram milhares de professores.



NÃO CONGELEM O MEU FUTURO

Não deixes que a Educação
pague pela crise!



Education International
Internationale de l'Éducation
Internacional de la Educación

www.educationincrisis.net



FICHA TÉCNICA

DIRETOR:
João Dias da Silva

PRODUÇÃO DE CONTEÚDOS:
Alexandre Dias, Joaquim Santos e Fátima Martins

PRODUÇÃO GRÁFICA E PAGINAÇÃO:
Rafael Marques